

# **IESA ÓLEO & GÁS S/A.- Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Período findo em 31 de dezembro de 2021**

**Patrimônio Líquido positivo de R\$ 131.999.552,85**

**Receita Operacional Bruta R\$ 15.767.776,46**

**Resultado do período/Lucro R\$ 124.468.587,68**

**IESA ÓLEO & GÁS S/A –  
Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

**Senhores Acionistas.**

A Administração da IESA ÓLEO & GÁS S.A – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

**Mensagem do Presidente**

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de missão parcialmente cumprida pois ainda estamos inseridos no ambiente de Recuperação Judicial.

Nos últimos 7 anos observamos uma redução significativa no volume de investimentos no setor de infraestrutura como um todo e, especificamente, nos setores de Energia e Óleo e Gás, que eram fortes demandantes de nossos produtos e serviços.

Já em 2021, os desafios foram inúmeros: pandemia, volatilidade no preço das commodities, pressão inflacionária, aumento do câmbio, aumento da taxa de juros, com efeitos diretos na economia, desincentivando novos investimentos.

Como contraponto ao cenário negativo do passado, temos a esperança que com a vacinação em massa da população, ocorrida em 2021, consigamos iniciar a retomada da atividade econômica e destravar novos investimentos.

O Governo Federal, através do Ministério de Infraestrutura, vem desempenhando um papel extraordinário na regulação e promoção de investimentos. A criação do PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, a capacitação dos funcionários públicos das agências reguladoras e órgãos de controle, permitiu a volta do investidor privado no setor de infraestrutura. Nos últimos dois anos constatamos o aumento significativo de projetos que saíram do papel através da modalidade de Concessão e PPP's. Como estes investimentos são estruturados e complexos demandam tempo para serem desenvolvidos e implementados.

Acreditamos que pode levar entre um e dois anos até que estes investimentos cheguem a nós, demandando contratos de fornecimento de produtos e serviços.

Continuamos fortes e motivados. Fizemos nosso dever de casa novamente e revisitamos nossos custos operacionais e despesas administrativas para adequá-los à situação atual. Definimos uma estrutura mínima necessária sem perder de vista a

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

qualidade, segurança e competitividade. Ao longo de 2021, a controladora IESA Equipamentos Projetos e Montagens, continuou sendo demandada por players do setor elétrico para execução de reformas e montagem de equipamentos hidromecânicos.

No âmbito das despesas administrativas não conseguimos reduzir ainda mais, em virtude da magnitude dos nossos problemas que ainda são equivalentes aos de empresas de grande porte – principalmente nas áreas jurídica, relações com investidores e contabilidade.

No âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial, encontramos algumas dificuldades no final de 2021 para o cumprimento de alguns compromissos dentro do prazo estabelecido. Fato este motivado pela dificuldade na liberação de depósitos judiciais de negociações já encerradas e liquidadas. Um outro evento importante a ser ressaltado foi o sucesso da negociação tributária obtida junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) baseado na nova Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 14.112/2020). Antes da mudança da legislação, não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em crise. Agora, pela nova lei, elas podem escolher entre duas modalidades de parcelamento: em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 2.382, editada pela PGFN, podendo prever prazo de pagamento de até 120 meses, com desconto de até 70% sobre juros e multas. Nosso acordo com a PGFN possibilitou uma redução total dos débitos no valor de R\$ 127 milhões, sendo o saldo de R\$ 94 milhões a pagar parcelado em 120 meses.

Este ano de 2022 já começou com uma agenda intensa dedicada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Estamos focados na negociação com credores concursais, extra concursais e na liberação de depósitos judiciais que montam aproximadamente R\$ 200 MM, os quais serão integralmente utilizados para liquidação de credores e na manutenção do capital de giro das empresas do Grupo Inepar/lesa. Com relação à expectativa de mercado para 2022, com o objetivo de promover o soerguimento das empresas do Grupo Inepar/lesa nos próximos 5 anos, esperamos que os projetos de Concessões e PPPs leiloados durante o ano de 2021, tenham seus contratos assinados e iniciem a estruturação dos financiamentos necessários para dar início às obras e a compra de serviços e equipamentos. Entendemos que os setores de (i) Energia - na construção de novos projetos e na reforma de usinas hidroelétricas e termoelétricas se intensifiquem; (ii) Óleo & Gás - com a construção de novas plataformas e reforma de refinarias, (iii) Ferrovias - com a possibilidade de fornecimento de vagões e, por fim, (iv) Saneamento Industrial - na formação de parcerias para entrarmos no fornecimento de equipamentos e serviços.

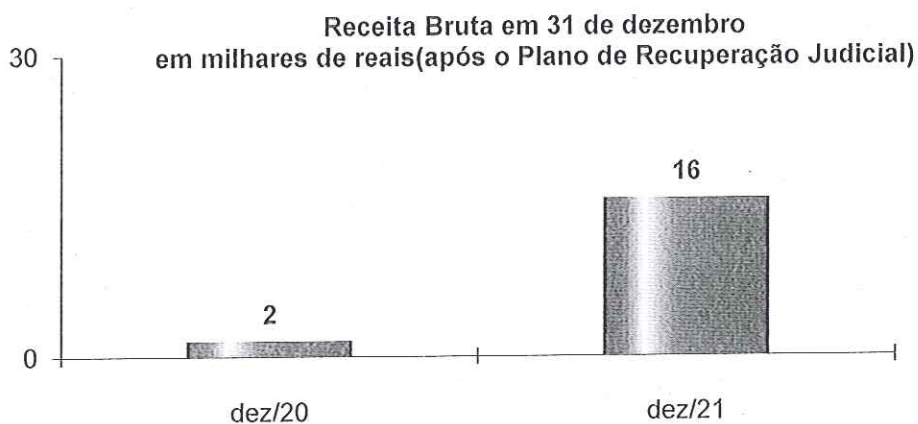
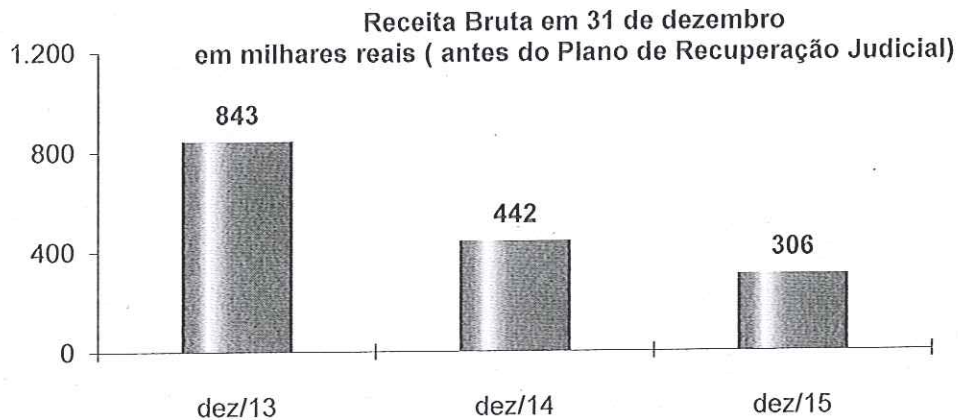
Recentemente a Controladora Inepar S/A divulgou fato relevante dando conhecimento ao mercado que foi aberto o processo de leilão para alienação das UPI's IPM e IOG, com data prevista de abertura das propostas para o dia 28/04/2022 às 15 hs. O processo competitivo dar-se-á através de um modelo de *stalking horse*, uma vez que recebemos uma proposta firme de um Fundo americano chamado Melville Capital Group, no valor de US\$ 125,000,000, equivalente a aprox. R\$ 600 milhões.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

**Desempenho 2021**

**Fontes de receita**

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços. A Companhia reportou em 2021 uma receita bruta consolidada de R\$ 15,7 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as empresas ligadas).



**Resultado Econômico**

O lucro líquido da Companhia neste exercício foi de R\$ 124 milhões, e no exercício anterior foi apurado o valor de R\$ 450 milhões. O resultado do exercício de 2020 se deveu ao sucesso no processo de arbitragem movido contra a Tupi/BV, enquanto que o resultado do exercício de 2021 foi impactado pelo acordo assinado com a PGFN em

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

dezembro de 2021 da Transação Individual, que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, de multas e encargos.



O lucro líquido apurado em 2021 será aproveitado para absorção de prejuízos acumulados.

**Transação Tributária e Perspectivas Futuras**

Nos últimos ITR's e balanços da Inepar S/A e das demais empresas do Grupo Inepar/lesa, vinham informando ao mercado, seus acionistas, colaboradores e parceiros que os resultados negativos apresentados se deviam principalmente em função das rígidas regras contábeis vigentes que não permitem a contabilização de determinados ativos ou ganhos.

Exemplo disso era a dívida tributária em negociação com a PGFN, cujas reduções eram conhecidas em função do teor das Portarias que regem as regras da Transação Tributária, porém não conseguíamos refletir isso nos nossos Balanços enquanto a Transação não fosse efetivamente homologada.

Ao final de 2021, a IESA Óleo & Gás S/A, atingiu esse importante objetivo com a homologação tendo sido efetivada, o que gerou ganhos contábeis da ordem de R\$ 127 milhões, contribuindo decisivamente para o resultado positivo de R\$ 124 milhões em 2021.

**A Evolução do Plano de Recuperação Judicial**

No final de 2014, as Empresas do Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar/lesa e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo do Grupo Inepar/lesa sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da Controladora passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização das Companhias.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Controladora ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Em 17/12/2021, em complemento às propostas de pagamento anteriormente apresentadas no Juízo da Recuperação Judicial, a Inepar S/A apresentou uma nova proposta que visa o encerramento da Recuperação Judicial, com o pagamento das dívidas concursais apontadas no primeiro biênio da Recuperação Judicial, bem como o pagamento de credores extraconcursais e capital de giro necessário ao processo de soerguimento das Companhias.

Esta proposta baseia-se na liberação de penhoras e bloqueios judiciais da ordem de R\$ 200 milhões, sendo parte dos valores o depósito judicial feito pela TUPI/PNBV relativo à segunda parcela da Arbitragem já amplamente discutida nos relatórios anteriores.

Outro aspecto importante é que como dívida concursal hoje, somente resta o BNDES, e que a Inepar S/A continua na busca de uma solução da dívida junto ao Banco, que

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**GNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

permita a continuidade das nossas operações e o soerguimentos das empresas, fundamental para o pagamento desta e outras dívidas extraconcursais.

Vale salientar que até o momento o Grupo Inepar/lesa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio  (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio  (R\$ M)	Saldo total devido  (R\$ M)	Valor pago até o momento  (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe II de R\$ 151 milhões e na Classe III de R\$ 741 milhões).

A Inepar S/A está em discussão com o BNDES relativo à dívida total, bem como em relação ao valor a ser quitado dentro do biênio para encerramento da Recuperação Judicial.

#### **Da Continuidade das operações**

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas do Grupo Inepar/lesa efetivaram diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da lesa Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da lesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018; (vii) Venda do imóvel localizado no município de São Vicente e (viii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Nesse sentido, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que fixou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC. Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos. Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.

- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do Grupo Inepar/Iesa do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões.
- g) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

Ressalta-se que a administração dispõe de relatórios pormenorizados quantitativos e qualitativos destes ativos, que não foram incluídos na contabilização do Balanço ora auditado pelos auditores independentes.

No curto prazo, as empresas tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021**

recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infraestrutura.

Por fim, destacamos que o cumprimento do Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 17/12/2021, será fundamental para o soerguimento das empresas, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a IESA informa que neste exercício encerrado em 31/12/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *"a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial."*

**AGRADECIMENTOS**

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos seus colaboradores, por todo o empenho dispensado ao logo do ano, bem como aos seus clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido em 2021.

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	5	14
Clientes	7	88	498.960
Tributos a recuperar	8	19.885	16.780
Dividendos a Receber	9	15.696	73
Outros Créditos	10	650	286
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>36.324</b>	<b>516.113</b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	21.1	165.771	36.135
Tributos a recuperar	8	25.969	15.579
Depósitos judiciais	11	192.036	44.455
Outros Créditos	10	58	33
Investimentos	12	80.247	94.208
Imobilizado	13	103.405	106.689
Intangível	14	2.315	4.412
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>569.801</b>	<b>301.511</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>606.125</b>	<b>817.624</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
JAIR MALPICA  
Contador - CPF: 667.583.788-53  
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	Nota	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		18.700	28.366
Empréstimos e financiamentos	15	146.665	194.612
Obrigações sociais e trabalhistas	16	98.454	103.644
Obrigações fiscais e tributárias	17	19.853	172.074
Dividendos Propostos		24	24
Provisão de Custo e Encargos	18	-	126.297
Adiantamentos sobre Encomendas	19	-	3.927
Outras Contas a Pagar	20	4.124	7.214
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>287.820</b>	<b>636.158</b>
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	17	88.894	52.515
Partes relacionadas	21	44.214	53.944
Tributos diferidos	22.1	15.820	15.489
Provisões para Contingências	23	30.531	45.673
Provisão para passivo a descoberto	24	6.847	6.608
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>186.306</b>	<b>174.229</b>
<b>Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto</b>			
Capital Social	25.1	102.996	102.996
Reservas de Lucro		2.621	-
Prejuízos acumulados		-	(121.847)
Ajustes Avaliação Patrimonial		26.382	26.088
<b>Total do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto</b>		<b>131.999</b>	<b>7.237</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido/ Passivo a descoberto</b>		<b>606.125</b>	<b>817.624</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
JAIR MALPICA  
Contador - CPF: 667.583.788-53  
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

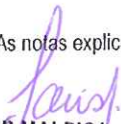
## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	26	15.670	1.636
Custos dos Produtos e Serviços		<u>(3.931)</u>	<u>(1.656)</u>
<b>Lucro/Prejuízo Bruto</b>		11.739	(20)
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>		153.585	456.746
Despesas com Vendas		(2.004)	(1.394)
Administrativas e Gerais		(28.471)	(21.478)
Outras Receitas (Despesas)	27	182.930	488.184
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.1	<u>1.130</u>	<u>(8.566)</u>
<b>Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras</b>		165.324	456.726
Despesas Financeiras	28	(53.613)	(39.504)
Receitas Financeiras	28	2.698	494
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<u>114.409</u>	<u>417.716</u>
Imposto de Renda e Contribuição Correntes	22.2	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	22.2	<u>10.059</u>	<u>32.418</u>
<b>Resultado antes das Participações</b>		<u>124.468</u>	<u>450.134</u>
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>		<u>124.468</u>	<u>450.134</u>
Quantidade de ações ao final do exercício		<u>65.995.745</u>	<u>65.995.745</u>
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>1.886,00</u>	<u>6.820,65</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
JAIR MALPICA  
Contador - CPF: 667.583.788-53  
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
		Legal	Retenção de Lucros			
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2020</b>	<u>102.996</u>	-	-	-	<u>31.907</u>	<u>(437.078)</u>
Lucro líquido do exercício				450.134		450.134
Ganho na conversão de debêntures perpétuas					(10.906)	(10.906)
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior					5.087	5.087
<b>Resultado Abrangente Total</b>						<u>444.315</u>
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>102.996</u>	-	-	-	<u>26.088</u>	<u>7.237</u>
Lucro líquido do exercício				124.468		124.468
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior					294	294
<b>Resultado Abrangente Total</b>						<u>124.762</u>
<b>Destinações propostas no exercício</b>						
Constituição de reserva		131	-	2.490	(2.621)	
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>102.996</u>	<u>131</u>	-	<u>2.490</u>	<u>26.382</u>	<u>131.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
**JAIR MALPICA**  
 Contador - CPF: 667.583.788-53  
 CRC-1SP 100-417/06 S RJ

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de reais)*

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	124.468	450.134
Outros Resultado Abrangentes		
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	-	(10.906)
Ajustes Conversão s/Coligadas no Exterior	294	5.087
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>124.762</u>	<u>444.315</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
JAIR MALPICA  
Contador - CPF: 667.533.788-53  
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

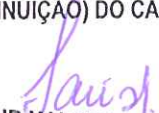
### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	124.468	450.134
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	3.462	12.186
Baixas de imobilizado	1.919	2.502
Resultado da Avaliação de investimento	(1.130)	8.566
Variações monetárias e cambiais	41.120	33.939
Tributos diferidos	(10.059)	(31.594)
Provisões (Reversões)	(141.439)	(57.320)
Atribuição do valor justo	-	7.711
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>18.341</b>	<b>426.124</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Clientes	498.872	(381.438)
Tributos a recuperar	(3.105)	(4)
Outros créditos	(147.970)	41
	<b>347.797</b>	<b>(381.401)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>		
Fornecedores	(9.666)	(23.262)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.190)	(77.688)
Obrigações fiscais e tributárias	(115.842)	163.605
Adiantamentos sobre encomendas	(3.927)	(83.518)
Outras contas a pagar	(3.090)	(2.452)
	<b>(137.715)</b>	<b>(23.315)</b>
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>228.423</b>	<b>21.408</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Operações de mútuos com empresas ligadas	(85.422)	10.358
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(85.422)</b>	<b>10.358</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	6.200	-
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(95.266)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(53.944)	(31.775)
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(143.010)</b>	<b>(31.775)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	14	23
Saldo final do caixa e equivalentes	5	14
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
**JAIR MALPICA**  
 Contador - CPF: 667.583.788-53  
 CRC-1SP 100-417/06 S RJ

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**


**Demonstração do Valor Adicionado**

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020*

*(Em milhares de reais)*

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>RECEITAS</b>	<b>316.169</b>	<b>591.946</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	15.768	1.613
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.959)	193
Outras receitas / despesas	302.360	590.140
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(142.464)</b>	<b>(77.155)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.440)	(1.658)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(140.024)	(75.497)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>173.705</b>	<b>514.791</b>
Depreciação e amortização	(3.463)	(12.186)
<b>VALOR ADICIONADO LIQUIDO</b>	<b>170.242</b>	<b>502.605</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</b>	<b>3.828</b>	<b>(8.072)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.130	(8.566)
Receitas financeiras	2.698	494
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>174.070</b>	<b>494.533</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>PESSOAL</b>	<b>4.775</b>	<b>4.775</b>
Salários e encargos	3.184	3.184
Benefícios	1.091	1.091
FGTS	500	500
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>(8.904)</b>	<b>2</b>
Federais	(8.966)	-
Estaduais	62	2
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>53.731</b>	<b>39.622</b>
Juros	53.613	39.504
Aluguéis	118	118
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>124.468</b>	<b>450.134</b>
Lucro do exercício	124.468	450.134
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>174.070</b>	<b>494.533</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
**JAIR MALPICA**  
Contador - CPF: 667.583.788-53  
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA Óleo & Gás S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 04/03/2005 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 33.3.0027555-0. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.248.576/0001-11, e sediada na cidade de Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Quitanda nº 185 e 185-A, salas 601 a 613, bairro Centro, CEP 20.091-005.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

## PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a IESA ÓLEO&GÁS S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A – Em Recuperação Judicial no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, o total deste FIDC é de R\$ 619.100 milhões.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo.

A Inepar/Ilesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, a Inepar/Ilesa apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21,3</b>	<b>R\$ 376,2</b>	<b>R\$ 397,5</b>	<b>R\$ 2.276,7</b>

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito), do valor de R\$ 21,3 milhões. Esclarecemos que a dívida junto ao BNDES está registrada na controladora Inepar S/A.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

## NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### 3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### 3.3 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

### 3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

### 3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

· Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

## 3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para "impairment" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

## 3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

## 3.8 Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

## 3.9 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

## 3.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## 3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

## 3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

## 3.13 Empréstimos e Financiamentos

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

## 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e

dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

## 3.16 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

### 3.17 Benefícios a Empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

### 3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos

projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

### 3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

#### CPC 47/IFRS 15 — Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

**Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos pregos de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

## 3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

## 3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTAMENTE E ADOTADOS PELA COMPANHIA

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

## Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

### a) Considerações gerais

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) **Valor de mercado** - O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são, iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

- **Riscos de taxas de câmbio**

- Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía uma exposição de riscos sobre as taxas de câmbio.

- **Riscos de crédito e formação de preço**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela IESA Óleo & Gás S.A. – em recuperação judicial é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

## NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	-	10
Bancos conta movimento	<u>5</u>	<u>4</u>
<b>Total Caixa e Equivalentes</b>	<u>5</u>	<u>14</u>

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 7 – CLIENTES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes mercado interno	2.325	2.144
Clientes mercado externo (a)	-	498.960
Créditos com consórcios	38.743	41.380
( - ) Prov. Perdas Rec. Créditos (b)	<u>(40.980)</u>	<u>(43.524)</u>
<b>Total de Clientes</b>	<b><u>88</u></b>	<b><u>498.960</u></b>

a) O montante de R\$ 498.960 em 31/12/2020, refere ao valor da arbitragem instaurada em Nova York (EUA) perante a International Court of Arbitration ICC contra a Tupi-BV e Petrobrás Netherlands B.V.(PNBV), objetivando uma indenização/ ressarcimentos de perdas em consequência de violação dos contratos n.ºs. 3900.0000019.12.2 e 3500.000018.12.12. O valor inicialmente determinado pela arbitragem foi de US\$ 107 milhões, sendo posteriormente reduzido para U\$ 96 milhões, conforme acordo entre as partes.

b) A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

## NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS	90	140
IRPJ Saldo Negativo	157	157
CSLL Saldo Negativo	-	17
IRPJ diferido s/ diferenças temporárias	19.095	11.479
CSLL diferida s/ diferenças temporárias	6.874	4.101
Créditos fiscais a compensar	3.181	-
Créditos Reintegra (a)	16.614	16.614
Provisão perdas impostos	(194)	(194)
Outros	<u>37</u>	<u>45</u>
	<b><u>45.854</u></b>	<b><u>32.359</u></b>
Circulante	19.885	16.780
Não Circulante	25.969	15.579

a) O valor de R\$ 16.614, refere-se ao ressarcimento de créditos de impostos do Reintegra, correspondente a exportação dos materiais do Projeto de Charqueadas, este valor está sendo requerido para pagamentos de diversos passivos.

## NOTA 9 – DIVIDENDOS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos com Empresas de Consórcios	<u>15.696</u>	<u>73</u>
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b><u>15.696</u></b>	<b><u>73</u></b>
Circulante	15.695	73

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA10 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento a funcionários	284	286
Adiantamento diversos	366	286
Caução	58	33
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b><u>708</u></b>	<b><u>319</u></b>
Circulante	650	286
Não Circulante	58	33

## NOTA 11– DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$ 192.036 (44.455 em 31/12/2020) refere-se principalmente, aos depósitos judiciais ordenados pelo Juízo da Recuperação Judicial contra créditos recebidos da TUPI BV.

## NOTA 12 - INVESTIMENTOS

### 12.1 Investimentos em Sociedades Coligadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Investimentos em Sociedades Coligadas (a)	36.194	50.155
Propriedades para Investimentos (b)	44.053	44.053
	<b><u>80.247</u></b>	<b><u>94.208</u></b>

a) Nas demonstrações financeiras estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades coligadas, onde o controle é compartilhado e avaliado pelo patrimônio líquido das investidas, em conformidade com participação em cada empresa.

Em 31 de Dezembro de 2020							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95)
QUIP S.A.	129.571	173.368	(59.225)	43.797	13,25%		(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	(1.859)	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC	60	64	(56)	(4)	35,00%		(19)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	
Outros							(784)
<b>TOTAL</b>	<b>445.664</b>	<b>232.984</b>	<b>(58.996)</b>	<b>212.680</b>		<b>94.208</b>	<b>(8.566)</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	(49.162)	13,25%		(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC	452	392	(891)	60	35,00%		(312)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	
Outros							784
<b>TOTAL</b>	<b>434.331</b>	<b>295.729</b>	<b>1.557</b>	<b>138.602</b>		<b>80.247</b>	<b>1.130</b>

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia.

## c) FIDC

Corresponde à equivalência proporcional a participação da IESA Óleo&Gás S/A, no Taranis - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados, CNPJ/MF nº 31.164.462/0001-78, total de capital de aportado no FIDC é R\$ 619.100, dividido em cotas sênior e cotas subordinadas. A capitalização do Fundo foi efetuada através de cessão de créditos com diversos clientes. A consolidação do FIDC está sendo efetuado na Controladora Inepar S/A Indústria e Construções.

INVESTIMENTOS EM 31/12/2021					
Nome	Saldo 31/12/2020	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Passivo a Descoberto	Saldo 31/12/2021
RIG OIL & GAS	2.528	(512)	393	-	2.409
QUIP S.A.	-	-	-	-	-
QGI INC	21.244	870	(19.495)	-	2.619
QGI BRASIL	26.383	-	4.783	-	31.166
QUEBEC	-	-	-	-	-
IMÓVEL MAGÉ	44.053	-	-	-	44.053
	94.208	358	(14.319)	-	80.247

## NOTA 13 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática Hardware	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação		2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2020							
Custo	7.212	15.320	15.099	2.808	5.288	79.775	125.502
Depreciação Acumulada	-	(1.902)	(9.033)	(2.342)	(4.674)	(862)	(18.813)
Valor contábil líquido	7.212	13.418	6.066	466	614	78.913	106.689
Baixas	-	-	(3.638)	(194)	-	-	(3.832)
Depreciação	-	(56)	(864)	(163)	(282)	-	(1.365)
Baixas da Depreciação	-	-	1.762	151	-	-	1.913
Saldo Final	7.212	13.362	3.326	260	332	78.913	103.405
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	7.212	15.320	11.461	2.614	5.288	79.775	121.670
Depreciação Acumulada	-	(1.958)	(8.135)	(2.354)	(4.956)	(862)	(18.265)
Valor contábil líquido	7.212	13.362	3.326	260	332	78.913	103.405

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- Política de renovação dos ativos;
- Expectativa da empresa com base na experiência de empresas do grupo;
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas; e,
- Política de manutenção dos bens.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a expectativa da empresa com base na experiência do mercado com ativos semelhantes.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

## NOTA 14 – INTANGÍVEL

	Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%		
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	9.163	15.907	937	8.994	35.001
Amort. Acumulada	(17.021)	(12.626)	(942)	-	(30.589)
Valor líquido contábil	(7.858)	3.281	(5)	8.994	4.412
Amortização	(530)	(1.567)	1	-	(2.097)
Saldo Final	(8.388)	1.714	(4)	8.994	2.315
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	9.163	15.907	937	8.994	35.001
Amort. Acumulada	(17.551)	(14.193)	(941)	-	(32.686)
Valor líquido contábil	(8.388)	1.714	(4)	8.994	2.315

### NOTA 14.1 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos Financeiros	55.303	50.246
Capital de Giro	91.362	144.366
<b>Total Circulante</b>	<b>146.665</b>	<b>194.612</b>

Por Data de Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos/em negociação	146.665	194.612
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>146.665</b>	<b>194.612</b>

Por tipo de Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Reais - R\$	146.665	194.612
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>146.665</b>	<b>194.612</b>

Para os financiamentos citados no item de Capital de Giro, foram cedidos em garantia os imóveis de Charqueadas e de Macaé.

## NOTA 16 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher	40	1.965
Contribuição Senai	5.631	5.519
FGTS a recolher	49.774	52.926
Rescisões trabalhistas	34.477	29.665
Imposto de renda a recolher	2	844
Contribuição Sesi	6.860	6.724
Salários a pagar	485	3.899
Provisões trabalhistas	239	903
Contribuição Sindical	946	961
Diversos	-	238
	<b>98.454</b>	<b>103.644</b>

Circulante	98.454	103.644
------------	--------	---------

## NOTA 17 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recolher	1.999	1.943
Inss a recolher	9	96.591
Pis/Cofins diferidos	393	292
Pis/Cofins a recolher	476	-
ISS a recolher	9.287	8.784
Impostos e Contribuições retidos na fonte	108	26
Parcelamentos Transação Excepcional ( b )	-	57.225
Parcelamento Transação Individual PGFN ( a )	94.598	-
Outras Obrigações da PGFN(b)	-	6.614
Outros	1.877	53.114
	<u>108.747</u>	<u>224.589</u>
Circulante	19.853	172.074
Não circulante	88.894	52.515

- a) Refere-se aos tributos resultantes do deferimento do parcelamento - Transação Individual – deferido pela PGFN, na data de 16/12/2021, com base na Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN 9.917/20. Os débitos tributários devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas de até 70%.

O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na transação individual no montante de R\$ 127.278 mil foram lançados em contrapartida da conta de resultado de "Recuperação de Despesas Transação Individual" (Nota explicativa "27"). Tais ganhos não foram oferecidos a tributação, considerando o posicionamento dos assessores jurídicos da companhia, classificado como eventual contingência "perda - possível".

- b) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941/09, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos da Lei nº 12.996.

Em janeiro de 2020, a Empresa ingressou com requerimentos formulado com base no disposto da Lei nº 13.988/2020 (conversão da Medida Provisória nº 899/2019), agora regulamentada pela Portaria PGFN nº 11.956/2019), que apresenta proposta de transação individual de débitos fiscais inscrito em dívida ativa da União.

Estes parcelamentos estão rompidos e foram migrados para os parcelamentos da Transação Individual.

## NOTA 18 – PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

O saldo de R\$ 126.297 no exercício de 2020, refere-se aos custos devidos pela arbitragem instaurada em Nova York (EUA) perante à International Court of Arbitration em face da TIPI-BV e Petrobrás Netherlands B.V.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Com os recebimentos finais dos valores da arbitragem neste exercício os custos incorridos no processo foram reconhecidos e os valores provisionados foram realizados.

## NOTA 19 – ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS

Valores recebidos de clientes por conta de medições contratuais dos contratos e ainda não faturados, os saldos dos contratos foram encerrados neste exercício.

## NOTA 20 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Previdência Privada	129	129
Plano Participação nos Resultados	2.616	2.706
RTT Participações S/A	1.379	4.379
<b>TOTAL</b>	<b>4.124</b>	<b>7.214</b>

## NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

### 21.1 Transações com a Controladora e Coligada

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	<u>Ativo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Inepar S.A. Indústria e Construções	326	11.341
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	165.177	24.786
Quip S.A (ii)	268	8
	<u>165.771</u>	<u>36.135</u>

	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	-	13.023
Inepar Equipamentos e Montagens S/A	539	-
Companhia Brasileira de Diques	15.326	12.572
Inepar S.A. Indústria e Construções	-	-
QGI Brasil S.A	28.349	28.349
	<u>44.214</u>	<u>53.944</u>

## NOTA 22 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 22.1 Tributos Diferidos

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos		
	Diferenças Temporárias	Total	Valor justo s/Propriedades Investimentos	Depreciação Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2020	15.579	15.579	10.972	4.517	15.489
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2021	15.579	15.579	10.972	4.517	15.489
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2021	15.579	15.579	10.972	4.517	15.489
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(90)	(90)	-	331	331
Em 30 de setembro de 2021	15.489	15.489	10.972	4.848	15.820
Constituição dos Tributos	10.480	10.480	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	25.969	25.969	10.972	4.848	15.820

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

## 22.2 Despesas com Tributos sobre o Prejuízo

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes dos impostos	114.409	417.716
Alíquota Nominal	-34%	-34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal		
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	384	2.912
Adições e Exclusões permanentes	9.675	29.506
IRPJ e CSLL no resultado	10.059	32.418
Imposto Diferido	10.059	32.418
Imposto Corrente	-	-

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício.

## NOTA 23 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e cível. É registrada provisão no Passivo Não Circulante para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável, com exceção das provisões para contingências trabalhistas que foram feitas com base no histórico de acordos trabalhistas estimados por seus assessores jurídicos.

<u>PROCESSOS</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis ( a )	13.640	36.770
Trabalhistas ( b )	14.938	5.094
Tributárias ( c )	1.953	3.809
	<u>30.531</u>	<u>45.673</u>

- a) Cíveis - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.
- b) Trabalhistas - reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios, nesta rubrica temos o valor de R\$ 18.600 classificados pelos consultores da lesa como perdas possíveis.
- c) Tributárias - representadas basicamente por autuações federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	45.673	116.875
( - ) Baixas	(15.142)	(71.202)
Saldo final	<u>30.531</u>	<u>45.673</u>

## Exigências Fiscais e Trabalhistas

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável.

## NOTA 24 – PROVISÕES PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 6.847 em 31/12/2021 (R\$ 6.608 em 31/12/2020) para as controladas QUEBEC Const. Mont. Transp. De Est. Ltda e QUIP S/A.

## NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## 25.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 102.996, representado por 65.995.745 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

## NOTA 26 – RECEITAS DE VENDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Revenda	129	10
Venda de Sucata	399	9
Receita de Consórcios	20	-
Vendas no Mercado Externo	15.220	1.640
<b>Receita Bruta</b>	<b>15.768</b>	<b>1.659</b>
(-) Impostos sobre Vendas	(98)	(23)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15.670</b>	<b>1.636</b>

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da IESA Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões de reais.

## NOTA 27 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado na venda do imobilizado (a)	123	79
Provisão para futuras perdas	(7.207)	(1.645)
Provisão/Reversão de contingências (b)	151.596	28.247
Ajustes de valor justo	-	(7.711)
Outras receitas/Despesas	(117.172)	(90.876)
Receitas da arbitragem (c)	28.868	498.826
Receitas complementares do Projeto Charqueadas	-	83.740
Recuperação Despesas Transação Individual	127.278	-
Despesas tributárias	(556)	(22.476)
	<b>182.930</b>	<b>488.184</b>

Refere-se as provisões constituídas sobre processos trabalhistas, cíveis e tributários

- Refere-se a venda de equipamentos que não estão em uso.
- Refere-se as reversões de provisões para contingências das despesas da arbitragem, bem como a regularização das mesmas despesas.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- c) Refere-se ao complemento dos valores da arbitragem instaurada em Nova York, contra a Tupi-BV e Petrobrás.
- d) Refere-se aos ganhos dos tributos resultantes do deferimento do parcelamento – Termo de Transação Individual – deferido pela PGFN na data de 16/12/2021, demonstrada na nota explicativa “17”.

## NOTA 28 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas bancárias	(7)	(16)
Juros de empréstimos e mútuos com ligadas	(42.199)	(28.877)
Juros sobre outros passivos	(11.205)	(10.590)
Variações cambiais passivas	(202)	(21)
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<u>(53.613)</u>	<u>(39.504)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros sobre outros ativos	2.698	73
Variações cambiais ativas	-	421
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<u>2.698</u>	<u>494</u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u>(50.915)</u>	<u>(39.010)</u>

## NOTA 29 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques.

A Companhia possui apólices de seguro para os seguintes riscos:

- Lucros cessantes;
- Responsabilidade Civil;
- Transporte;
- Equipamentos Pesados (Caminhões, Guindastes); e
- Vida em Grupo

## NOTA 30 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo do seu plano estratégico, contendo as seguintes áreas:

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

<b>Obras de Infra Estrutura</b>		
	<b>Plantas de gás</b>	<b>Total</b>
Receita bruta total	15.768	15.768
Impostos s/ vendas	(98)	(98)
Custo dos produtos e serviços	(3.931)	(3.931)
<b>Margem Bruta</b>	<b>11.739</b>	<b>11.739</b>

Os valores dos custos dos produtos e serviços, referem-se aos complementos de custos dos contratos contratados em Consórcios.

## NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

## NOTA 32 – TRATATIVAS QUE PODERÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração do Grupo Inepar/lesa está em busca de parceiros com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- Alienação das ações da UPI IOG;
- Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- Alienação do imóvel situado no município de Macaé.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.
- e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, no montante de R\$ 619.100.
- f) O Grupo Inepar/lesa está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
- h) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- k) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

## DIRETORIA EXECUTIVA:

Otto Garrido Sparenberg  
Irajá Galliano Andrade

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho  
Di Marco Pozzo  
Cesar Romeu Fiedler  
Valdir Lima Carreiro

## Contador:

Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial**

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva

#### Limitação de escopo de auditoria

##### a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

##### b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Incerteza relevante quando à continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua Controladora indireta (INEPAR S.A Indústria e Construções) se encontram em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R\$ 124.468 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 251.496 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

#### **Ênfases**

##### **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

##### **Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 127.278 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



## Outros Assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021. O relatório de auditoria foi emitido com ressalva sobre: I – Limitação de confirmações externas de endividamento bancário, II – Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecimento na controlada IESA Óleo e Gás – Em Recuperação Judicial e III - Continuidade Operacional (Pontos estes mantidos), contendo parágrafo de ênfase sobre: I - Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas. Esses assuntos permanecem em nosso relatório.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

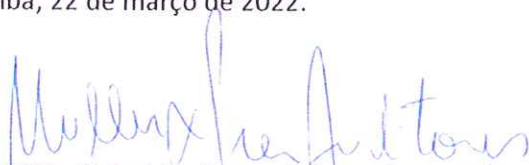


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 6.472/O-1



George Angnes  
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

